

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

ELIANDRA PAULA DA SILVA

**ANÁLISE DOS PROCESSOS NECESSÁRIOS PARA A ADOÇÃO DE
CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO - RIO GRANDE DO SUL**

SANTO ÂNGELO

2017

ELIANDRA PAULA DA SILVA

**ANÁLISE DOS PROCESSOS NECESSÁRIOS PARA A ADOÇÃO DE
CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO - RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Professor orientador: Dr. Glauco Schultz
Coorientação da tutora: MSc. Caroline Soares da Silveira

SANTO ÂNGELO

2017

ELIANDRA PAULA DA SILVA

**PROCESSOS NECESSÁRIOS PARA A ADOÇÃO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA
DOS PRODUTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO - RIO
GRANDE DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do título de bacharel em Desenvolvimento Rural.

Professor orientador: Dr. Glauco Schultz
Coorientação da tutora: MSc.Caroline Soares da
Silveira

PROFESSORES:

Prof. Dr. Glauco Schultz – Orientador

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Susana Cardoso

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul - UFRGS

Santo Ângelo, RS

2017

Às prioridades da minha vida:

À Deus responsável pela minha espiritualidade

À Cleverson e Stephany alegrias de minha vida.

Aos meus pais, o aprendizado da sutileza de ser autêntica.

Meu trabalho, meu prazer diário.

Dedico-lhes esta conquista como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Até chegar ao fim de mais uma etapa de minha vida foi necessária muita dedicação, esforço e algumas renúncias. Foi um caminho repleto de aprendizagem, crescimento, evolução, este caminho não ocorreu individualmente, por isso deve-se agradecer aquelas pessoas que sempre nos apoiaram nesta caminhada.

A Deus

Nesta ocasião, ao final de uma vitoriosa batalha, dedico o meu agradecimento Àquele que nunca faltou com sua presença. Suas mãos estendidas me ampararam e me guiaram nas piores horas, quando o desânimo ou a angústia tomaram conta de meu ser. “Deus graças ao Senhor, que com seu infinito amor, fará com que nunca esqueça dos momentos felizes e intensos por eu ter vivido, espero que sua presença esteja comigo nesta nova caminhada pela vida, abençoando-me”. (Salmos 124:1)

Aos meus Queridos e Estimados Pais

Pai:

Neste momento especial, envolto em clima de mais uma conquista alcançada, procuro os teus olhos....Os mesmos olhos que ansiosos acompanharam meus primeiros passos. Agradeço por eu existir... qual dizia que eu era a sua jóia mais rara....

Mãe:

Olhos que me viram crescer e passaram noites velando meu sono agitado. Olhos preocupados ao ver que já não era mais criança e aos poucos ganhava o mundo. Olhos que brilharam com minhas conquistas. Olhos intensos, ternos, que transmitiam a força necessária nos momentos críticos. Nunca vou esquecer as ultimas palavras que você pronunciou em seu leito, quando eu estava saindo da UTI perguntou-me: Como foi na prova? Esta pergunta sempre lembrei-me por esses anos que continuei a estudar, e em muitos momentos isso foi importante, como hoje ainda é.

Mas hoje quero dizer aos meus pais: OBRIGADO! OBRIGADO!

Sei que mesmo distantes me acompanharam e sonharam viver este dia e que agora, em algum lugar muito bonito, estão felizes pela minha vitória, amenizando a saudade.

Ao meu esposo

Cleverson

Ao amor incondicional, aquele que respeitou a escolha, que se submeteu a distância, que aceitou a ausência e nem por isso se perdeu ao léu, que sobreviveu a tempestade, permanecendo fiel e inabalável, reconhecemos que foi difícil, mas provamos que não é impossível. Momentos ruins são passageiros e importantes, pois somente eles consolidam relações que traduzem o verdadeiro amor.

Não cheguei ao fim, mas ao início de uma nova caminhada em que, certamente você continuará comigo! Muito Obrigado! A Você o meu sonho, o meu abraço, a nossa vitória, o diploma e o futuro.

A Querida Filha Stephany

É sempre bom saber que podemos olhar para o lado e contar com alguém especial em todos os momentos compartilhando de nossa caminhada, ajudando a construir nosso futuro...Pois, o futuro não é encontrado, mas construído com amor, dedicação e muda tanto o caminhante, quanto o próprio destino. Divido com você os méritos desta etapa atingida com vibração, com a vitória.

A você, o meu abraço, o meu amor eterno.

Aos demais familiares

Quantas vezes me afastei porque iniciei a luta por um ideal e não podia parar. Agradeço o incentivo constante, o amor, o carinho, a compreensão nos momentos difíceis. Obrigado pelo sorriso amigo procurando amenizar minha ansiedade diante dos obstáculos.

Aos meus colegas

No início éramos apenas alguns nomes alinhados na lista.... mas depois eles foram se unindo por fortes laços de amizade e de objetivos comuns. Todos os momentos que compartilhamos permanecerão para sempre. O laço que nos une não é de sangue, mas de respeito e alegria pela vitória de cada um.

As Propriedades Rurais

Obrigado as propriedades que permitiram o estudo, por ter me fornecido todos os dados que precisei, sem os quais não teria realizado este maravilhoso trabalho

Ao Professor Orientador: GLAUCO SHULTZ E DEMAIS PROFESSORES DA UFRGS QUE AO LONGO DO CURSO SE FIZERAM PRESENTES

Os professores ideais são os que se fazem de ponte, que convidam o aluno a atravessarem e depois, tendo facilitado a travessia desmoronam-se de prazer, encorajando-os a criarem suas próprias pontes. Obrigado professores, vocês, que dedicaram seu tempo e compartilharam experiências para que minha formação fosse também um aprendizado de vida;... à vocês que, com suas experiências fizeram ver que poderia encontrar o caminho certo;... à vocês que souberam ser mestres e acima de tudo, grandes amigos. A vocês minha homenagem, meu carinho e gratidão.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”

Doralina

RESUMO

A presente monografia teve como o objetivo geral avaliar os fatores necessários para adoção do sistema de produção orgânica e seus condicionantes no que tange a certificação. Para a obtenção deste resultado teve-se como objetivos específicos a identificação dos requisitos legais para a produção orgânica, o processamento, o controle e informação de qualidade e avaliar a percepção dos agricultores quando a adoção do processo de certificação orgânica na propriedade rural. Para tanto, foi desenvolvido um estudo de múltiplos casos em três propriedades rurais que estão se adequando aos requisitos legais para a efetivação de sua certificação no Santo Ângelo/RS. O levantamento dos dados da pesquisa de campo foi realizado nos meses de agosto a outubro de 2017. A seleção dos itens que fazem parte do levantamento e análise dos dados foi realizada atendendo ao questionário efetuado nas propriedades que pretendem obter certificação orgânica, como forma de analisar as propriedades estudadas. Com isso, nos principais resultados da pesquisa percebe-se a questão do direcionamento aos quesitos exigidos, sendo que o resultado apurado nas 3 propriedades deixa evidente a necessidade de certificação orgânica para que a produção e a comercialização aconteçam ao nível de satisfação do mercado consumidor, visualizando uma demanda crescente por produtos orgânicos, ocorrendo um diferencial no mercado, em termos de suas características originais e da possibilidade de propiciar incentivos para que os agricultores familiares invistam na atividade orgânica.

Palavras-chave: Certificação orgânica, requisitos legais e propriedades rurais.

ABSTRACT

The objective of this monograph was to evaluate the factors necessary for the adoption of the organic production system and its conditioning factors in relation to certification. In order to obtain this result, the identification of the legal requirements for organic production, processing, control and quality information and the evaluation of the farmers' perception when adopting the organic certification process in the rural property had as specific objectives. For that, a study of multiple cases was developed in three rural properties that are being adapted to the legal requirements for the accomplishment of its certification in Santo Ângelo / RS. The survey of field survey data was carried out from August to October 2017. The selection of the items that are part of the data collection and analysis was carried out based on the questionnaire carried out on the properties that intend to obtain organic certification, as a way of analyzing the properties studied. Thus, in the main results of the research the question of the targeting of the required items is perceived, being that the result verified in the 3 properties makes evident the need for organic certification so that the production and the commercialization happen to the level of satisfaction of the consumer market, visualizing a growing demand for organic products, with a differential in the market, in terms of its original characteristics and the possibility of providing incentives for family farmers to invest in organic activity.

Key words: Organic certification, legal requirements and rural properties.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Selo orgânico do sistema participativo.....	24
Figura 2 – Mapa da propriedade 1.....	32
Figura 3 – Horta com alface pronta para comercialização e mudas recém plantadas.....	32
Figura 4 – Horta com rúcula pronta para ser colhidas e mudas de alface em crescimento.....	33
Figura 5 – Mapa da propriedade 2.....	34
Figura 6 – Horta preparada para plantio e barreira de citronela.....	34
Figura 7 – Horta com canteiros prontos para planta e produtos como beterraba e cenoura.....	35
Figura 8 – Minhocário construído e elaborado pela proprietária.....	36
Figura 9 – Mapa da propriedade 3.....	36
Figura 10 – Horta com plantação de rúculas.....	37
Figura 11 – Horta com plantação de alface americana.....	37
Figura 12 – Horta com plantação de repolho.....	38
Figura 13 – Horta com plantação de espinafre e ao fundo barreira de bananeiras.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relatos dos Produtores Familiares.....	44
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1. AGRICULTURA ORGÂNICA: DEFINIÇÃO	16
2.2. AGRICULTURA ORGÂNICA: UM BREVE HISTÓRICO.....	17
2.2.1. Agricultura Orgânica no Brasil	18
2.3. AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR	19
2.4. PROGRAMAS DE GOVERNO: OPORTUNIDADES PARA A AGRO ECOLOGIA NO BRASIL	20
2.5. CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA	21
3 METODOLOGIA	26
3.1. TIPO DE ESTUDO	26
3.1.1. Quanto à Natureza	26
3.1.2. Quanto à Forma de Abordagem	27
3.1.3. Quanto aos Objetivos	27
3.1.4. Quanto aos Procedimentos Técnicos	28
3.2. POPULAÇÃO E AMOSTRA	28
3.3. COLETA DOS DADOS	28
3.4. ANÁLISES DOS DADOS	29
3.5. ASPECTOS ÉTICOS	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS QUE ESTÃO EM BUSCA DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	31
4.1.1. Descrição das Propriedades Rurais	31
4.2. SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA – SPG.....	39
4.3. REDE ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA	40
4.4. BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA	41
4.5. RELATOS DOS PRODUTORES FAMILIARES	41
5 CONCLUSÕES	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A - Questionário Aplicado aos Agricultores.....	52
APÊNDICE B - Questionário Aplicado aos Agricultores.....	53
APÊNDICE C - Questionário Aplicado aos Agricultores.....	55

1 INTRODUÇÃO

A agricultura orgânica é um processo produtivo empenhado em suas características naturais e na produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos. Segundo Oliveira (2007), seus precursores em meados do século XX introduziram uma nova forma de cultivo, totalmente diferente do convencional, saindo do uso de produtos de origem química, para estabelecer a procura de produtos ecologicamente corretos. Muitas são as correntes ecológicas na agricultura, sendo que as mais conhecidas são: a biodinâmica, orgânica, natural, permacultura e biológica. Cada corrente tem sua ideologia e metodologia de cultura, mas o que existe em comum são os sistemas de produção sustentáveis.

Na evolução histórica as principais correntes de agricultura orgânica datam da década de 20 com o surgimento da biodinâmica. Com a evolução outras correntes foram se consolidando. No final do século XX as discussões sobre a agricultura sustentável já estavam fortalecidas. Com a regulamentação da lei dos orgânicos, tornou-se obrigatória a certificação para poder comercializar, com tal fato irá beneficiar o aumento das comercializações, e passando para seus consumidores uma maior confiança.

Glieessman (2000) afirma que produzindo em longo prazo, promovemos a produção sustentável de alimentos. Isso ocorrerá diante de práticas agrícolas que sejam orientadas pela informação em profundidade dos procedimentos ecológicos, indo em direção das mudanças socioeconômicas que originam a sustentabilidade de todos os campos do princípio alimentar.

Conforme Almeida (1997), a agroecologia se afirma como alternativa ao modelo produtivista do agronegócio e é definida de formas bem variadas de alternativa técnico-produtivo, à construção de novas relações sociais entre os homens, passando pela agricultura familiar e pelo desenvolvimento sustentável.

Não possuindo ainda produtores orgânicos certificados em Santo Ângelo, desde 2015 existe um grupo organizado de consumidores e produtores de alimentos orgânicos, onde se entrega em média de 200 quilos de alimentos quinzenal, fornecidos por associados da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar (UNICOOPER), com sede em Santa Rosa, com apoio da Unidade de Cooperativismo da Emater/RS - Ascar e ONG Arede. Entre os alimentos certificados, através do Núcleo Missões da Rede Ecovida, estão farinhas de trigo e milho, arroz, frutas e hortaliças, sucos, melado e açúcar mascavo.

Lourenzani (2006) afirma: vários acontecimentos vão intervir no funcionamento dos empreendimentos rurais. Dentre eles, pode-se citar: a escolha do que será produzido, as tecnologias a serem empregadas e a venda de produtos. Por necessitar de uma diversificada

gama de decisões. Torna-se imprescindível o gerenciamento nos empreendimentos rurais incluindo aqui as propriedades familiares. A adoção da prática da produção orgânica pela agricultura familiar no município de Santo Ângelo permite o desenvolvimento de pequenas propriedades, mantendo-se no meio rural, valorizando seus produtos.

Conforme Oltramari, Zoldan e Altmann (2003) “O processo de certificação veio para identificar a procedência e o processamento dos produtos orgânicos e, através desse, permitir ao agricultor uma maior agregação de valor a sua produção dando confiança aos consumidores da garantia do produto consumido”.

Neste sentido, surgem algumas questões básicas de pesquisa que direcionarão o estudo visando à concretização dos objetivos. O problema de pesquisa do presente estudo fundamenta-se na seguinte questão: Quais são as principais exigências para a efetivação do processo de certificação orgânica e avaliação da conformidade em propriedades rurais familiares em Santo Ângelo – Rio Grande do Sul?

Neste estudo serão abordadas as questões relacionadas à produção de produtos orgânicos no município de Santo Ângelo, localizado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, o objetivo geral do estudo é: avaliar os fatores necessários para adoção do sistema de produção orgânica e seus condicionantes no que tange a certificação. Os objetivos específicos são:

- a) Identificar os requisitos legais para a produção orgânica, processamento, controle e informação de qualidade;
- b) Avaliar a percepção dos agricultores quando a adoção do processo de certificação orgânica nas propriedades rurais do município de Santo Ângelo – RS;
- c) Apresentar a caracterização das propriedades rurais que compuseram o estudo.

1.1 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento sustentável tem extensões ambientais, econômicas, sociais, políticas, éticas e culturais, que pode estar presente no nosso cotidiano de maneiras muito simples, trazendo preocupações com o presente e o futuro das pessoas, com a produção e o consumo com necessidades básicas, com recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico.

Para contribuir com essa afirmativa, Guzmán (1997) salienta que:

O conceito de desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em potencializar o desenvolvimento com o objetivo de satisfazer as necessidades da geração presente

sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem suas próprias necessidades, e não um crescimento econômico indiscriminado da região seja uma área rural, um município, um país ou o conjunto da biosfera (GUZMÁN, 1997).

Assim, conforme afirma Emater (1997) a agricultura é sustentável quando atende as condições de ser ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, humana e adaptável. O que significa que além da apreensão com o cuidado dos agro-ecossistemas, importa a relação dos homens com o meio ambiente e dos homens entre si.

Para entender sobre a importância da produção agro ecológica e orgânica de alimentos precisa saber que deve existir um controle de pragas e doenças de forma ecológica, para obtenção de alimentos saudáveis, saudáveis e isentos de produtos químicos, para que chegue ao consumidor um produto de excelente qualidade, com um diferencial para a conservação ambiental, gerando renda, comercialização e desenvolvendo o rural das propriedades envolvidas. Com a certificação, além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local, através da aproximação de agricultores e consumidores.

Um dos elementos de justificativa é a procura por produtos alimentícios mais saudáveis, e conforme informações obtidas na Emater do município de Santo Ângelo existem a necessidade da promoção de estudos e diagnóstico sobre a certificação orgânica no município, onde existem três propriedades rurais que atuam com produção orgânica e que estão providenciando requisitos estabelecidos para conseguirem suas certificações orgânicas, na qual se desenvolveu a presente pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção serão apresentados os conceitos e teorias relevantes para auxiliar as ponderações que são oferecidas no transcórper do atual trabalho. A revisão de literatura foi estruturada em seis tópicos. O primeiro tópico aborda a definição de Agricultura orgânica; O segundo tópico um breve histórico de Agricultura Orgânica; Terceiro tópico aborda a Agricultura Orgânica no Brasil; O quarto tópico aborda a Agricultura Orgânica e Familiar; O Quinto tópico aborda Programas de governo: Oportunidade para a Agro Ecologia no Brasil e o sexto tópico aborda a Certificação Orgânica.

2.1. AGRICULTURA ORGÂNICA: DEFINIÇÃO

Na definição de Campanhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica está inserida dentro de um conceito amplo de agricultura alternativa. Nesse conceito, inserem-se outros tipos de agricultura, tais como: natural, biodinâmica, biológica, ecológica e permacultura. No que se refere ao consumo, os tipos de agricultura alternativa não interferem na escolha do produto orgânico, visto que os consumidores não estão preocupados com os diferentes modos de produção orgânica. A grande preocupação dos consumidores é a busca por alimentos que sejam mais saudáveis, ou seja, sem qualquer contaminação química que possa prejudicar a saúde.

Para contribuir, Ormond (2002) afirma:

[...] agricultura orgânica é um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilitam o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza. Alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças (ORMOND, 2002).

Para Altieri, (2001): “o objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas”.

Conforme SEVILLA-GUZMÁN, (2002): A Agroecologia propõe-se a modificar não só o parcelamento disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e formas de conhecimento que compõem seu

pluralismo dual, metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central .

Complementa Dal Soglio, “a sociedade precisa estabelecer um novo patamar de debates sobre modelos de desenvolvimento, criando oportunidades para a participação das comunidades na definição de seus rumos e integrando plenamente a dimensão ambiental” (DAL SOGLIO, 2009).

Após argumentações dos autores citados acima, percebe-se que a agricultura orgânica está inserida juntamente com agricultura alternativa, natural, biológica, biodinâmica, permacultura as quais estão interligadas por serem agriculturas ecológicas, primando pelo respeito às leis da natureza e ao ecossistema natural, constituindo a eficácia da fertilidade do solo.

2.2. AGRICULTURA ORGÂNICA: UM BREVE HISTÓRICO

Conforme Ormond (2002), a história da agricultura orgânica remonta ao início da década de 20 com o trabalho do pesquisado inglês Albert Howard, que, em viagem à Índia, observou as práticas agrícolas de compostagem e adubação orgânica utilizada pelos camponeses, relatando as posteriormente em seu livro *Um testamento agrícola*, de 1940 (ORMOND, 2002).

Segundo Ormond (2002): na França, Claude Aubert difundiu o conceito e as práticas da agricultura biológica, na qual os produtos são obtidos pela utilização de rotação de culturas, adubos verde, esterco, restos de culturas, palhas e outros resíduos vegetais ou animais, bem como o controle natural de pragas e doenças.

De acordo com Ormond (2002), na Alemanha, em 1924, Rudolf Steiner lançou as bases da agricultura biodinâmica, que busca a harmonia e o equilíbrio da unidade produtiva (terra, plantas, animais e o homem) utilizando as influências do sol e da lua. A tese advoga que, para se estabelecer o elo entre as formas de matéria e de energia presentes no ambiente natural, somente devem ser utilizados os elementos orgânicos produzidos na propriedade agrícola, já que esta é considerada um organismo, um ser indivisível.

Ormond (2002) relata que no Japão, em 1935, Mokiti Okada definiu a filosofia do que seria uma “agricultura natural”, segundo a qual existem espírito e sentimento em todos os seres vivos (vegetal e animal). A agricultura natural valoriza o solo como fonte primordial de vida e, para fertilizá-lo, procura fortalecer sua energia natural utilizando os insumos

disponíveis no local de produção para adubar e fertilizar a terra. Seu objetivo máximo é obter produtos por sistemas agrícolas que se assemelhem às condições originais do ecossistema.

No início da década de 70 surge a permacultura. O australiano Bill Mollison foi quem difundiu esse conceito. A grande diferença dessa corrente é a utilização das informações sobre direção do sol e dos ventos para determinar a disposição espacial das plantas (DAROLT, 2000).

Conforme Ormond (2002), no Brasil, ainda na década de 70, a produção orgânica estava diretamente relacionada com movimentos filosóficos que buscavam o retorno do contato com a terra como forma alternativa de vida em contraposição aos preceitos consumistas da sociedade moderna.

Ainda de acordo com Ormond (2002), na década de 90, alavancados pela ECO 92, proliferaram os pontos comerciais de venda de produtos naturais e, no final da década, os produtos orgânicos entraram, com força, nos supermercados.

2.2.1. Agricultura Orgânica no Brasil

Coelho (1999) salienta que o sistema de cultivo orgânico no Brasil teve início no final da década de 1970, em pequena escala, e começou a se expandir após a criação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) em 1990, sendo que, de 1994 a 2000, as vendas de orgânicos no Brasil cresceram 16 vezes, com grandes perspectivas para o século XXI. Contava-se com a transformação da agricultura familiar convencional para a orgânica no Brasil, expandindo-se em vários segmentos agropecuários, como frutas, café, frango e outros produtos, garantindo um crescimento desse mercado.

De acordo com o IBGE (2006), o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra a existência de 90 mil produtores orgânicos.

Conforme IPD Orgânicos (2010), todos os estados brasileiros possuem estabelecimentos agrícolas com manejo orgânico de suas produções. Por ser um país de extensões continentais, existem muitas diferenças entre as suas diferentes regiões. Levando-se em consideração suas peculiaridades e aptidões, as unidades de federação que mais tem destaque no cultivo orgânico são a Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná, Piauí e São Paulo.

Conforme (FETRAF-RS, 2009), a agricultura orgânica ganha cada vez mais espaço na cadeia agrícola brasileira. Em 2014, ela movimentou cerca de R\$ 2 bilhões e a expectativa é que em 2016 este número alcance R\$ 2,5 bilhões, segundo o setor. O mercado nacional de

orgânicos espera crescer entre 20% e 30% no ano que vem. O estado do Rio Grande do Sul lidera o ranking nacional de produção orgânica com 1.554 produtores, seguido de São Paulo com 1.438 e Paraná que possui 1.414 agricultores que produzem sem veneno. O total de produtores no cadastro nacional do (MAPA, 2009) é de 11.084.

2.3. AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR

Conforme Carmo e Magalhães (1999), os sistemas de produção orgânica constituem-se de uma boa oportunidade aos pequenos agricultores, pois, embora utilizem mais mão de obra e apresentem menor produtividade que os sistemas convencionais, mostram um desempenho econômico sempre melhor, traduzido por menores custos efetivos, maiores relações custo-benefício e maiores rendas efetivas.

Segundo Santos (2009), a agroecologia está destinada a apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura rumo a um desenvolvimento mais sustentável. No Brasil, suas raízes estão fortemente centradas na agricultura familiar e constitui a melhor alternativa na busca pela sustentabilidade.

O que é rural? Como explica Baptista (2001), a Sociologia Rural, no início do século XX, distinguia rural e urbano,

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos (BAPTISTA, 2001).

O cultivo de orgânicos em sua maioria é proveniente de agricultores familiares que tiram da terra seu sustento, e através da conservação do solo proporciona condições de sobrevivência a família fortalecendo o vínculo com a terra. Segundo Ângela Kageyama (2003), existem alguns pontos que se aproxima de um consenso, como o rural não significa somente a questão agrícola; o rural possui muitas atividades desde a produtiva, ambiental, ecológica e social, as áreas rurais possuem baixa populacional e as áreas rurais não estão isoladas no meio urbano, pois redes de comércio, sociais, de instituições convivem. A agroecologia pode ser considerada como ferramenta para o desenvolvimento rural, pois sinaliza vários aspectos, tais como sociais, ambientais e econômicos, fazendo com que produtores permaneçam no campo, preservando o meio ambiente, produzindo de maneira sustentável e gerando lucratividade.

2.4. PROGRAMAS DE GOVERNO: OPORTUNIDADES PARA A AGRO ECOLOGIA NO BRASIL

Diante de introduções e assuntos relacionados a agricultura orgânica, vendo relações com outras pesquisas existentes, constatei um assunto muito relevante no quesito comercialização de produtos agro alimentares. Por meio de programas do governo ou mercado institucional, surgiu no Brasil, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e vem ganhando espaço, conforme Schmitt e Grisa (2013).

O mercado institucional atende o consumidor coletivo (instituições de assistência social, hospitais, creches, escolas) dentro de um circuito curto de comercialização, considerado como venda direta pelo governo brasileiro. Nos últimos anos, no Brasil, dois programas se destacaram na compra de produtos de base ecológica: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os produtos da agricultura familiar que apresentam certificação orgânica, comercializados pelo PAA e PNAE, conforme A Lei da Merenda Escolar, No. 11.947, sancionada em junho de 2011, determina que, no mínimo, 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares, sem licitação. Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e abrangem todas as escolas públicas e filantrópicas do país, da educação infantil ao ensino de jovens e adultos. Os produtos agroecológicos ganham especial distinção na Lei da Merenda, devem ser priorizados na compra para a merenda escolar e seus preços podem ser até 30% superiores aos produtos convencionais, valorizando a qualidade nutricional e os demais aspectos socioambientais envolvidos. A garantia de compra dos produtos pelo governo estimula a transição agro ecológica. A comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica comenta:

“O decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. O documento prevê a elaboração de um plano com metas e prazos a serem cumpridos pelo governo federal e determinou elementos como a concessão de crédito, seguro, assistência técnica e pesquisa para ampliar a produção de base agroecológica no Brasil. A PNAPO foi formulada de forma participativa, com a participação da sociedade civil, e será implementada pela União em regime de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.”
<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/brasil-agroecologico>

2.5. CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

Oliveira (2007) afirma que a certificação deve ser compreendida como uma ferramenta econômica inspirada no mercado que, em sua essência, busca diferenciar produtos e fornecer incentivos tanto para quem consome quanto para quem produz.

Complementa Oliveira (2007) que em 1978 surgiram às primeiras iniciativas para produzir e comercializar produtos orgânicos no Brasil. Surgia assim a necessidade de regulamentação para os alimentos orgânicos. Naquela época, a normatização era instituída pelas organizações de agricultores, ONGs e cooperativas de consumidores.

Na década de 90, depois de muita discussão, o MAPA publicou a instrução normativa nº 007, que criou o selo de qualidade para os produtos de origem orgânica (BRASIL, 1999). Como resultado da estruturação do MAPA acerca das questões da agricultura orgânica, em 23 de dezembro de 2003 foi aprovado a Lei 10.831 que traz os conceitos a respeito da produção orgânica, a qual tem como finalidade, dentre outras, ofertar produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais; preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção; incrementar a atividade biológica do solo; promover um uso saudável do solo, da água e do ar; e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas; reciclar resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não renováveis (BRASIL, 2003).

Primeiramente, a lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, veio dizer sobre a agricultura orgânica, quem pode produzir o manuseio da terra, trouxe conceitos e regras para sua comercialização, ou seja, a certificação. Vejamos:

Art. 2º Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

Parágrafo único. Toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto definido no caput deste artigo é considerada como produtor para efeito desta Lei. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm

Ainda na referida Lei, o artigo 3º dispõe sobre a produção familiar e a comercialização direta com o consumidor, deixando para a economia familiar o registro de certificação facultativo, mas o registro no órgão de fiscalização obrigatório, podendo ser a produção fiscalizada ou rastreada.

Artigo 3º § 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle

social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm

Ainda conforme a Lei 10.831/2003 o agricultor familiar, objeto desta pesquisa, deve promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes, mesmo sendo nesta época facultativa a sua certificação. Vejamos o artigo 8º parágrafo único “Os procedimentos de registro, cadastramento, licenciamento e outros mecanismos de controle deverão atender ao disposto no regulamento desta Lei e nos demais instrumentos legais pertinentes”. Entende-se que: em 2003 a certificação não era obrigatória, mas o registro, o cadastro ou a licença era.

Já em 2009, com o advento da instrução normativa ficou aprovado os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica, complementando a Lei 10.831/2003. Porém, os agricultores familiares podiam efetuar a venda direta sem a certificação, mas deveriam cumprir os requisitos a eles pertinentes. Vejamos o artigo 3º da Normativa/2009.

Os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica implicam o atendimento aos requisitos estabelecidos para os agricultores familiares na venda direta sem certificação e, nos demais casos, aos requisitos estabelecidos pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009.

No Decreto 6.323/2007 que também regulamenta a Lei 10.831/2003 instituiu a venda direta dos organismos familiares ao consumidor, vejamos o artigo 2º, inciso XIX do referido decreto “venda direta: relação comercial direta entre o produtor e o consumidor final, sem intermediário ou preposto, desde que seja o produtor ou membro da sua família inserido no processo de produção e que faça parte da sua própria estrutura organizacional”.

Após o Decreto 7.048/2009, que altera o artigo 115 do Decreto de 2007 todos os seguimentos que fazem a produção orgânica, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, precisam do certificado de conformidade o qual será expedido organismo credenciado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2007 o decreto estipulava prazo de dois anos e incluía a venda direta ao consumidor, desde que efetuada pela agricultura familiar. Com o Decreto de 2009 o prazo ficou estipulado para trinta e um de dezembro de dois mil e dez. Portanto e a certificação obrigatória para todos.

"Art. 115. Todos os seguimentos envolvidos na rede de produção orgânica terão até 31 de dezembro de 2010 para se adequarem às regras estabelecidas neste Decreto e demais atos complementares.

Parágrafo único. O uso, nos produtos, do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será permitido a partir do momento que o produtor for considerado em conformidade com as regras de que trata o **caput** deste artigo, por

Organismo de Avaliação da Conformidade credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.” (NR)

Então se conclui que a legislação brasileira prevê três mecanismos de garantia da qualidade dos produtos orgânicos, são eles: sistema participativo de garantia, certificação por auditoria e controle social para venda direta. Esses mecanismos são formas de avaliar se os produtos foram produzidos de acordo com os regulamentos da agricultura orgânica. Os requisitos de certificação estão instituídos no decreto 6.323/2007 Art. 2º que regulamenta a Lei 10.831/2003. Destacam-se alguns incisos principais aos mecanismos, pois a forma de certificação das propriedades será por sistema participativo de garantia, onde se enfatiza nas propriedades como forma de decisão e certificação:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES:

IV - credenciamento: procedimento pelo qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reconhece formalmente que um organismo de avaliação da conformidade está habilitado para realizar a avaliação de conformidade de produtos orgânicos, de acordo com a regulamentação oficial de produção orgânica e com os critérios em vigor;

XII - qualidade orgânica: qualidade que traz, vinculada a ela, os princípios da produção orgânica relacionados a questões sanitárias, ambientais e sociais;

XV - sistema de certificação: conjunto de regras e procedimentos adotados por uma entidade certificadora, que, por meio de auditoria, avalia a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação;

XVI - Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica: - conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa;

Do Funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica Art. 38. - Cada Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica será - composto pelo conjunto de seus membros e por um organismo participativo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º - São considerados membros do sistema os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica.

§ 2º - Para os fins previstos no § 1º, consideram-se produtores os agricultores individuais as associações, as cooperativas, os condomínios e outras formas de organização, formais ou informais.

Art. 39. - O organismo participativo de avaliação da conformidade manterá todos os registros que garantam a rastreabilidade dos produtos sob processo de avaliação da conformidade orgânica.

No Brasil, o Ministério de Agricultura, considerando a crescente demanda por produtos orgânicos, sistemas ecológicos, biológicos, biodinâmicos e agroecológicos, além da exigência dos mercados por produtos naturais, resolveu estabelecer normativas de produção, tipificação, processamento, embalagem, distribuição, identificação e de certificação para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal, por meio da instrução normativa 007 de 1999 (Silva, 2003).

Verifica-se que o controle da qualidade orgânica visa dar aos consumidores, aos produtores, aos comerciantes e à sociedade em geral a garantia de que os produtos foram produzidos de acordo com os regulamentos da produção orgânica definidos na legislação

brasileira para obter regulamentos orgânicos de produção. O controle por Sistema Participativo de Garantia é feito por uma instituição, o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), estão vinculados tanto produtores orgânicos quanto, sempre que possíveis consumidores e comerciantes de produtos orgânicos e técnicos. A Certificadora e o OPAC devem definir como será feita a rastreabilidade dos produtos.

Rastreabilidade: de acordo com a IN 46 no Art. 7º do capítulo II que trata da documentação e do registro, a unidade de produção orgânica tem a obrigação de possuir registros dos procedimentos de todas as operações envolvidas na obtenção dos produtos orgânicos e sua manutenção por um período mínimo de 5 (cinco) anos (BRASIL, 2011). A finalidade da rastreabilidade é controlar um lote de produção, desde a colheita até o transporte, ou até uma operação imersa na cadeia de produção em que o produto sofre algum processo ou tratamento (MOE,1998).

Complementa (Mapa 2009) Sistemas participativos de avaliação da conformidade orgânica são redes socioparticipativas em que a certificação dos produtores é baseada na ativa participação dos atores envolvidos, e os sistemas são construídos fundamentando-se na confiança, em redes sociais e na troca de conhecimento. Ao debater, trocar experiências e fazer sugestões a seus pares, os agricultores asseguram sua participação e inclusão no processo.

Salienta (Mapa 2014), uma vez credenciada e acreditada, a propriedade pode gerar diversos produtos certificados que recebem o selo de qualidade, desde que se observem os requisitos de qualidade, rastreabilidade, sustentabilidade e padrão de vida dos produtores. Abaixo conforme a Figura 1 visualiza-se o selo orgânico.

Figura 1: Selo orgânico do sistema participativo.



Fonte: Selo orgânico aferido pelo Ministério da Agricultura.

De acordo com as normas e os regulamentos que foram descritos, além dos outros que fazem parte da legislação orgânica brasileira, os produtos orgânicos certificados devem adotar o selo, exceto no caso dos produtores que fazem a venda direta aos consumidores, caso da OCS (ALVES et al, 2012).

3 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os conceitos e teorias relevantes para auxiliar as ponderações para a metodologia científica deste trabalho. A metodologia foi estruturada em cinco tópicos, apresentados a seguir: primeiro tópico apresenta o tipo de estudo com quatro subtópicos: primeiro subtópico: quanto à natureza; O segundo subtópico: quanto à forma de abordagem; terceiro subtópico: quanto aos objetivos; o quarto subtópico: quanto aos procedimentos técnicos; O segundo tópico aborda a população e amostra; O terceiro tópico aborda a coleta dos dados; O quarto tópico aborda a análise dos dados e o quinto tópico aborda os aspectos éticos.

3.1. TIPO DE ESTUDO

Este trabalho tem a finalidade de fazer um estudo para avaliar os fatores necessários para adoção do sistema de produção orgânica e seus condicionantes no que tange a certificação. A pesquisa será um estudo de múltiplos casos em três famílias de agricultores que tem interesse em adquirir certificações orgânicas, onde se observa que para se colocar o produto certificado no mercado consumidor, se estabelecem várias obrigações ao produtor. Segundo Silva e Menezes (2001) “as pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza, forma de abordagem, objetivos e procedimentos técnicos”, na qual veremos a seguir.

3.1.1. Quanto à Natureza

A presente pesquisa constitui-se como aplicada, pois objetiva gerar conhecimento para aplicação de práticas dirigidas à solução de problemas específicos. Nesse sentido, envolve verdades e interesses locais sobre a produção orgânica de três famílias de agricultores familiares da cidade de Santo Ângelo para efetivar sua certificação na região das Missões - RS. Quanto à natureza, a pesquisa foi observacional: Neste tipo de estudo atuou-se como expectadora de acontecimentos, sem, no entanto, realizar qualquer interferência que possa intervir no curso natural, embora possa, neste meio tempo, realizar medições, análises e outros procedimentos para coleta de dados.

3.1.2. Quanto à Forma de Abordagem

Para responder ao problema de pesquisa, se utilizará de um método de pesquisa qualitativa, composta por questões abertas. Com esta finalidade foi definida uma amostra de três famílias que estão inscritas na Emater de Santo Ângelo - RS, que estão sendo acompanhadas para o seu processo de certificação orgânica.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Segundo Zaluar (1986), o cientista social não deve esquecer que a relação que se estabelece entre o observador e o observado são uma relação social e política.

3.1.3. Quanto aos Objetivos

Para Gil (2007, p. 41), “com base nos objetivos, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa.” Neste estudo obteve-se a pesquisa exploratória, pois busca-se proporcionar ao pesquisador o aprofundamento sobre o tema e o problema indicado na investigação, com os objetivos específicos de identificar os requisitos legais para a produção orgânica, processamento, controle e informação de qualidade, a partir de dados secundários. Segundo Gil (2007): “Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso”.

A pesquisa classificou-se também como descritiva, pois trata-se de um estudo que contém dados primários, e visa apenas observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, sem, no entanto, analisar o mérito de seu conteúdo, uma vez que o objetivo do estudo foi apenas descrever o fato em si. A pesquisa consistiu em averiguar os processos legais para a produção orgânica, processamento, controle e informação de qualidade, avaliar a percepção dos agricultores quando a adoção do processo de certificação orgânica nas propriedades rurais no município de Santo Ângelo - Rio Grande do Sul e apresentar a caracterização das propriedades rurais que compuseram o estudo.

3.1.4. Quanto aos Procedimentos Técnicos

A pesquisa bibliográfica foi efetuada através de material já publicado em livros, artigos e periódicos especializados no assunto, se utilizará para compor a fundamentação teórica a partir da avaliação atenta e sistemática do assunto proposto.

A pesquisa de campo foi aplicada por meio de entrevistas, na forma de questionário respondendo aos problemas relacionados aos grupos de três famílias de agricultores familiares, com o objetivo de compreender a realidade dentro do processo de certificação orgânica.

3.2. POPULAÇÃO E AMOSTRA

Segundo a Emater de Santo Ângelo, o universo deste estudo consiste na existência de três propriedades de agricultores familiares na região noroeste do Rio Grande do Sul, no município de Santo Ângelo, que fornecem seus produtos diretamente nos domicílios, mas querem obter sua certificação. Nesse sentido, o presente estudo será de múltiplos casos.

Conforme Gil, 2008 comenta:

A utilização de múltiplos casos é a situação mais freqüente nas pesquisas sociais e apresenta vantagens e desvantagens. De modo geral, considera-se que a utilização de múltiplos casos proporciona evidências inseridas em diferentes contextos, concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade. Por outro lado, uma pesquisa com múltiplos casos requer uma metodologia mais apurada e mais tempo para coleta e análise dos dados, pois será necessário reaplicar as mesmas questões em todos os casos.

A amostra foi intencional e direcionada e a intenção da pesquisa foi estudar três casos específicos. O autor ainda complementa:

Também constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A principal vantagem da amostragem por tipicidade está nos baixos custos de sua seleção. Entretanto, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado.

3.3. COLETA DOS DADOS

Segundo Vergara (1997) no tópico sobre coleta dos dados deve-se informar como se obteve os dados necessários para a resolução do problema. A coleta de dados foi coligada da seguinte forma:

a) Pesquisa Bibliográfica: na pesquisa bibliográfica buscou-se na literatura os fatores para adoção da certificação, relação com políticas públicas e sustentabilidade econômica, pesquisadas em livros, internet, sites que tratem do tema, teses e dissertações.

b) Pesquisa de Campo: na pesquisa de campo utilizou-se de um questionário semi-estruturado com informações primárias, através de entrevistas direcionadas ao assunto com os agricultores envolvidos no processo de produção e venda, por exemplo: Bloco 1: Perfil do proprietário; Bloco 2: Produção e número de cultivos na propriedade; Bloco 3: Requisitos legais quanto ao processamento, controle e informação de qualidade; Bloco 4: A percepção das famílias quanto as melhorias para a propriedade após a certificação; Bloco 5: Identificação das finalidades que norteiam as escolhas e informações para se obter produtos orgânicos, possíveis para sua certificação e Bloco 6: Perguntas gerais.

Para a obtenção dos dados necessários para se desenvolver a pesquisa, primeiramente acessou-se a legislação dos produtos orgânicos e obteve-se informações com a extensionista da Emater, a qual indicou as famílias interessadas em obter a certificação orgânica. O primeiro contato com cada família de produtores rurais foi realizado com o intuito de indagar se seria possível desenvolver a pesquisa em suas propriedades e tendo o consentimento destas, houve a inserção da pesquisadora para observar a produção nas propriedades, bem como a aplicação dos questionários. Primeiramente aplicou-se o questionário na propriedade 1 em 24/08/2017, posteriormente, o segundo questionário foi aplicado na propriedade 2 em 01/09/2017, e o terceiro questionário foi aplicado em 18/09/2017 com a propriedade 3. Todas estas visitas foram realizadas em um curso com normalidades e horários marcados, conforme a disponibilidade dos produtores rurais, com o intuito de não atrapalhar a rotina de trabalho dos proprietários.

3.4. ANÁLISES DOS DADOS

Os dados foram tratados de forma qualitativa, na qual foram analisados os elementos que compõem a produção do produto orgânico. Entre as três famílias entrevistadas, consideraram-se as informações resgatadas dos agricultores e dos jovens da propriedade rural e posteriormente fez-se uma análise de conteúdo, analisando os tópicos a seguir: o primeiro tópico abordou a caracterização das propriedades rurais que estão em busca da certificação orgânica e a descrição destas propriedades; o segundo tópico abordou a rede Ecovida e a participação participativa; o terceiro tópico abordou o custo da certificação orgânica; o quarto

tópico abordou os benefícios da certificação orgânica; e o último tópico abordou a percepção dos produtores rurais quanto à obtenção da certificação orgânica.

3.5. ASPECTOS ÉTICOS

Para se obter um trabalho com características próprias do autor será desenvolvido a ética.

Conforme Moore (1975) comenta:

Ética, Plágio: Ética é uma palavra de origem grega, com duas etimologias possíveis. A primeira é a palavra éthos, com e curto, que pode ser traduzida por “costume”; a segunda, que também se escreve éthos, porém com e longo, significa “propriedade do caráter”. A primeira é a que serviu de base para a tradução latina moralis, enquanto a segunda é a que, de alguma forma, orienta a utilização atual que damos à palavra ética. Ética é a investigação geral sobre aquilo que é bom (MOORE, 1975).

As considerações éticas serão respeitadas quanto ao acesso e análise de dados, conforme resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados e discussões relevantes na presente pesquisa e que são oferecidas no transcorrer do atual trabalho. Os resultados e discussões foram estruturados em quatro tópicos. O primeiro tópico aborda a caracterização das propriedades rurais que estão em busca da certificação; um subtópico com a descrição das propriedades; o segundo tópico aborda o sistema participativo de garantia; o terceiro tópico aborda a rede Ecovida de certificação orgânica e um subtópico aborda os benefícios da certificação orgânica e o quarto tópico aborda relatos dos produtores familiares.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS QUE ESTÃO EM BUSCA DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

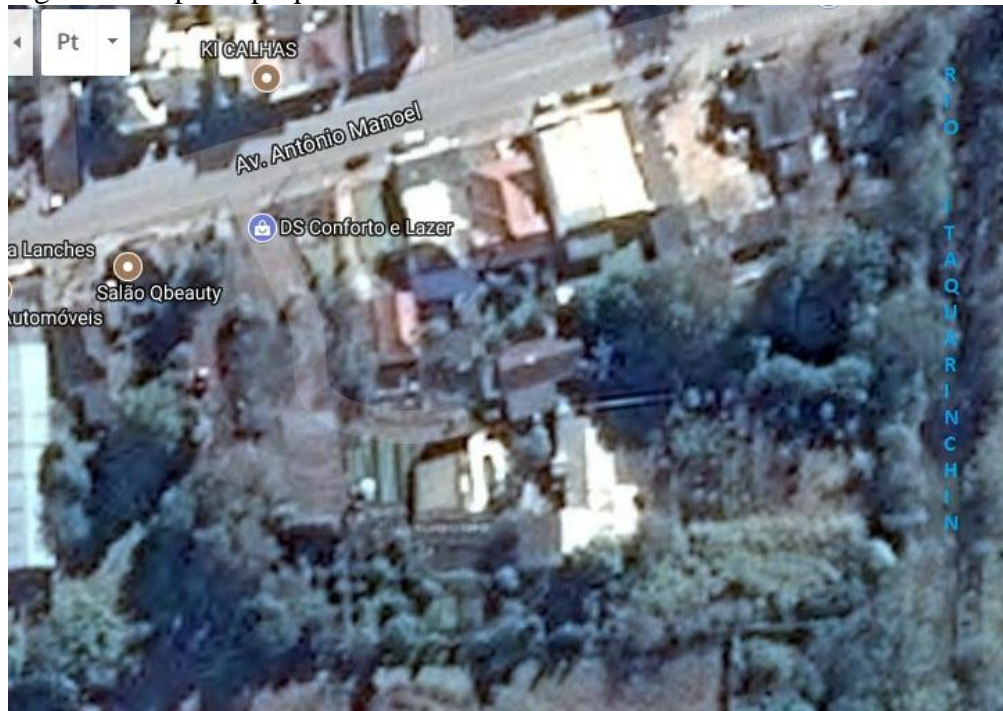
Os elementos que levaram a realização da presente pesquisa foram à procura por produtos alimentícios mais saudáveis e pelo fato de no município de Santo Ângelo, ainda não possuir certificação em seus produtos, conforme informações da Emater. Tal fato enfatiza a necessidade da promoção de estudos e diagnósticos sobre a certificação orgânica no município, onde existem três famílias que estão providenciando requisitos estabelecidos para conseguirem suas certificações orgânicas, nas quais desenvolvi este trabalho de conclusão.

4.1.1. Descrição das Propriedades Rurais

A pesquisa foi realizada em três famílias de agricultores para acompanhar a produção de produtos orgânicos para sua futura certificação, segue descrições das três propriedades:

a) **Propriedade 1:** Possui uma área de 2 hectares, sendo $\frac{1}{2}$ hectare explorada pela agricultura orgânica, sendo propriedade própria, onde residem o casal de proprietários e a mãe do proprietário. Conforme a Figura 2.

Figura 2: Mapa da propriedade 1.



Fonte: Google Earth, 2017.

Sua maior venda é com alface. Possui frutíferas como a bergamota (poça e comum), laranja (umbigo, do céu e da índia) caqui, lima, pêsego, uva, framboesa, ariticum, limão e (caipira e Taiti), a produção é pouco mecanizada, possuindo apenas um trator, podendo ser visualizada nas figuras 3 e 4.

Figura 3: Horta com alface prontas para comercialização e mudas recém plantadas.



Fonte: Coletada pela autora, 2017.

Muitos produtos gerados nas atividades da propriedade são reaproveitados como, por exemplo, com o esterco das galinhas é feito adubo, e se usa ainda esterco de peru. A mão de obra é da proprietária da propriedade rural e um colaborador que ajuda nas tarefas diárias, conforme a Figura 4.

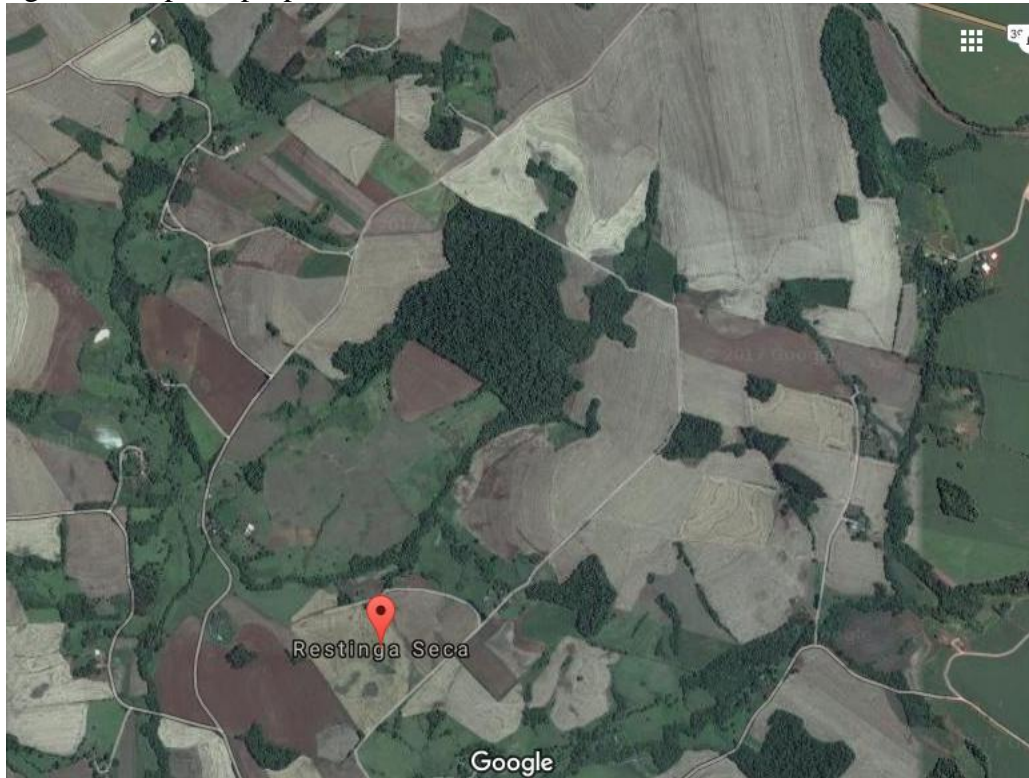
Figura 4: Horta com rúculas prontas para ser colhidas e mudas de alface em crescimento.



Fonte: Coletada pela autora, 2017.

b) **Propriedade 2:** Possuí uma área total de 40 hectares, sendo propriedade própria, com 20 hectares agricultável, sendo 1 hectare dessa área agricultável para produtos orgânicos, residem na propriedade a proprietária e sua filha. Esta propriedade rural caracteriza-se como propriedade familiar e existe a 24 anos. Atualmente, quem gerencia a propriedade rural é a filha de 26 anos, que possui ensino superior completo. Conforme figura 5.

Figura 5: Mapa da propriedade 2.



Fonte: Google Earth, 2017.

Na propriedade rural, não são utilizadas máquinas, o feitiço dos canteiros, plantio e colheitas são todos manuais, conforme figura 6. A mão de obra utilizada é da proprietária e um colaborador. Atualmente, a propriedade está em fase de cadastro com a Emater.

Figura 6: Horta preparada para plantio e barreira de citronela.



Fonte: Coletada pela autora 2017.

A produção começou há 14 meses com duas hortas pequenas e há 12 meses com uma horta grande e produz alface (diversas), rúcula, almeirão, cenoura, beterraba, repolho, brócolis, couve-flor, couve, tomate, pimentão, pimentas, pepino, abóbora, moranga, ervilha, temperos e ervas medicinais, algumas PANC's (beldroega, caruru, physalis) e algumas frutas da estação, como: limão, bergamota, laranja e abacate, conforme a Figura 7.

Figura 7: Horta com canteiros prontos para planta e produtos como beterraba e cenoura



Fonte: Coleta pela autora, 2017.

O manejo da propriedade é voltado cada vez mais para SAF - Sistema Agroflorestal. Por enquanto, são utilizados esterco de peru, húmus de minhoca (possui um minhocário, organiza com restos de árvores, galhos, apronta debaixo para cima com humos de minhoca, em 90 dias está pronto) pó de rocha, calcário para adubação dos canteiros e correção da terra, conforme a Figura 8.

Figura 8: Minhocário construído e elaborado na propriedade pela proprietária.



Fonte: Coletada pela autora, 2017.

c) **Propriedade 3:** Possui uma área total de 5.2 hectares, sendo propriedade própria, com 3 hectares de área agricultável, onde residem o casal de proprietários e sua filha, conforme a Figura 9.

Figura 9: Mapa da propriedade 3.



Fonte: Google Earth, 2017.

Nesta propriedade rural, são produzidos: alface (americana), repolho (coração de boi), beterraba, rúcula, pepino, moranga, moganga, feijão e espinafre, todas em cultivo orgânico, conforme as Figuras 10,11,12 e 13. Esta propriedade rural caracteriza-se como familiar, a mão de obra é da proprietária e sua filha.

Figura 10: Horta com plantação de rúculas.



Fonte: Coletada pela autora, 2017.

Figura 11: Horta com plantação de alface americana.



Fonte: Coleta pela autora, 2017.

Figura 12: Horta com plantação de repolho.



Fonte: Coletada pela autora, 2017.

Muitos produtos gerados nas atividades da propriedade são reaproveitados como, por exemplo, o esterco dos bovinos e galinhas que é usado como adubo nos canteiros. A propriedade não possui nenhum tipo de mecanização. Como pode ser observado na figura 13.

Figura 13: Horta com plantação de espinafre, e ao fundo barreira de bananeiras.



Fonte: Coletada pela autora, 2017.

4.2. SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA – SPG

Conforme os proprietários das propriedades rurais, ”para obtenção da certificação são necessárias algumas formalidades, tais como cadastro dos agricultores, formação de diretoria dentro do grupo, visitação às propriedades, visita da certificadora (Rede Ecovida), esclarecimento de planos de manejo e origem dos produtos usados na propriedade”. O cadastro é uma das etapas necessárias para o encaminhamento da certificação orgânica, uma vez que é no modo participativo. A Emater é o órgão que auxilia nesse processo. Para conseguirem seus selos de alimento orgânico fiscalizam uns aos outros. É um processo baseado em confiança, sem hierarquias e potencialmente econômico. No sistema participativo, também há papéis a serem preenchidos e enviados ao Ministério da Agricultura para cadastro, mas isso é feito à mão pelos próprios produtores. A certificação participativa é mais apropriada aos pequenos produtores não só por preço, mas adequados a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas.



Sistema Participativo de Garantia

Segundo o MAPA, as visitas de verificação da conformidade são realizadas pelas COMISSÕES DE AVALIAÇÃO e pelas visitas de pares. Elas acontecem, no mínimo, uma vez por ano, no grupo ou no fornecedor individual. A participação dos fornecedores na atividade do SPG e nas reuniões do OPAC é necessária, como forma de utilização de outras formas de avaliação.

Conforme lei da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 28 DE MAIO DE 2009 se refere que:

Quanto a avaliação da conformidade da qualidade orgânica

TÍTULO I

DOS MECANISMOS DE CONTROLE PARA A GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos Mecanismos de Controle

Art. 3º Os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica implicam o atendimento aos requisitos estabelecidos para os agricultores familiares na venda direta sem certificação e, nos demais casos, aos requisitos estabelecidos pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA

Art. 6º O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica é integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos

organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Os organismos de avaliação da conformidade são as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pela verificação da conformidade dos processos produtivos avaliados, em relação aos regulamentos técnicos da produção orgânica, tanto na Certificação por Auditoria como nos Sistemas Participativos de Garantia.

4.3. REDE ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998 a partir da precisão de agrupar as três propriedades pesquisadas obterão sua certificação através do sistema participativo, onde a certificadora é a Rede Ecovida. Esta rede é composta por familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais que, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, organizam-se em torno da Rede Ecovida. O que persiste na rede são autonomia e colaboração, os agricultores da Rede Ecovida de Agroecologia. esforços e dar maior integração política ao movimento agroecológico do Sul do Brasil. São agricultores(as), técnicos(as), consumidores(as) e comerciantes ligados em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que têm por objetivo organizar, fortalecer e concretizar a agricultura familiar ecológica da região.

Comenta Natal João Magnanti(2007):

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 29 núcleos regionais, em distintos estágios de organização, que reúnem aproximadamente 4.500 famílias de agricultores organizados em 350 grupos; 40 entidades/ONGs; cooperativas de consumidores; comercializadoras; e diversos profissionais. O reflexo deste trabalho alcança, aproximadamente, 250 municípios nos 3 (três) estados do Sul e no Vale do Ribeira (SP). A Ecovida se desenvolve, também, junto a um número crescente de consumidores que, nos últimos anos, têm se manifestado desejosos de aceder a produtos orgânicos. Rede Ecovida de Agroecologia.

Para Santos (2004) A Rede Ecovida é formada por núcleos regionais, também chamados de nós, que buscam, em regiões geográficas determinadas, promover a troca de informações, credibilidade e produtos (SANTOS e FONSECA, 2004).

Historicamente, a comercialização tem sido um gargalo para a expansão da Agroecologia. Geralmente existe dificuldade em manter os mercados locais abastecidos com variedades, quantidade e qualidade durante o ano todo. Um grupo de instituições de agricultores familiares agroecológicos e algumas entidades de assessoria tomaram a iniciativa de se pronunciar para resolver essa limitação. A partir do trabalho coletivo dessas organizações foi criado o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia.

4.4. BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA

As três propriedades orgânicas pesquisadas detêm sua certificação através de certificação participativa, através da certificadora Ecovida. Fazem parte de uma associação de agricultores através da certificadora participativa, esse fator diminui muito os custos anuais com a manutenção da certificação nas propriedades. Vale reforçar que os custos da certificação orgânica é função de diversos fatores como, por exemplo, área produtiva, número de atividades exploradas economicamente, forma de venda do produto entre outras.

Conforme Diego Grespan de Oliveira, (2013):

Não existe um valor fixo para fazer parte da associação. Depende do número de produtores cadastrados. Na ANC, são 53 famílias certificadas, com um custo de R\$ 1 mil ao ano. Porém, a tendência é que o valor diminua com o aumento do número de associados. "Há associações com 2 mil famílias e que o preço é de R\$ 40 por ano".

O fato importante é que os agricultores certificados individualmente tendem sempre a ter um custo mais caro do que os que fazem parte de associações e cooperativas.

A certificação orgânica permite ao agricultor comercializar seus produtos em diferentes pontos de venda. Os maiores benefícios não são os econômicos, mas sim os ambientais. Esses aparecem devido ao manejo empregado pelos agricultores, e não apenas como uma exigência da certificação. Os benefícios ambientais são inúmeros, e muitos deles ilimitados econômica e socialmente.

Na medida em que se constatarem menos serviços mecânicos, o agricultor agride menos o solo diminuindo o risco de compactação. Esse processo evita problemas como escoamento superficial das águas da chuva, erosão, assoreamento de rios, desertificação de solos agrícolas e enchentes.

No cultivo orgânico a natureza caminha lado a lado com a atividade econômica e a natureza, isso faz com que insetos que antes eram vistos como pragas sejam encarados como parte do sistema.

4.5. RELATOS DOS PRODUTORES FAMILIARES

a) **Propriedade 1:** Quanto ao manejo dos produtos produzidos, são observados os cuidados com produtos adquiridos na terra, na qual são utilizados os compostos de estrebaria, e esterco de peru como adubação. Sobre as informações de qualidade: não são usados

produtos como agrotóxico, para preservar o sabor do alimento. Pensando na conservação do rio que passa pelo fundo da propriedade, planta-se árvores nativas como: Ariticum, araçá, pitanga, cedro, louro, caroba, camboatá, anjico vermelho e branco, ipê roxo e amarelo, e pés de bananeiras para fazer as barreiras de proteção.

b) **Propriedade 2:** Os produtos são vendidos na forma “in natura”. Em relação as melhorias para as propriedades após a certificação: ainda não possuem a certificação, porém estão em processo de transição, no entanto, as mudanças na propriedade já foram realizadas.

Outro assunto a ser destacado nesse processo para certificação seria a importância das práticas agroecológicas, pois muitos sistemas de produção orgânica não se mostram totalmente agroecológicos, onde ainda se vê muita monocultura, solo desprotegido, desgaste gradual do solo e necessidade de colocar cada vez mais insumos, tal como na agricultura convencional. Além disso, o ideal é que não se precise passar nenhum tipo de repelente, ainda que natural, pois a simples substituição de inseticida químico pelo natural não resolve, não é uma prática agroecológica. O proprietário entrevistado salienta: “De minha parte, busco atingir um equilíbrio para que não se precise passar nada, para isso é necessário estudar as causas de uma praga, por exemplo, e não apenas combater a consequência (matar a praga)”. O entrevistado também salienta que: “Alguns inseticidas ou caldas permitidas nos orgânicos, tal como óleo de neem, acaba por matar insetos benéficos (exemplo: joaninha) e prejudicar abelhas”.

Nesta propriedade é desenvolvido a agrofloresta, na qual consiste em um sistema de floresta com produção de alimentos, onde se tenta proporcionar às plantas a condição mais parecida possível à que ela teria na natureza. De acordo com o entrevistado, se a laranja (nativa do Sul da Ásia), por exemplo, está em meio à floresta, as árvores não estão apenas sombreando, mas também passando nutrientes e matérias orgânica. É um sistema ideal.

O plantio é feito em consórcios, e não em monocultura, considerando os estratos (necessidade de luz solar) e tempo da cada cultivo. Nas árvores, são realizadas podas para a entrada de luz e fornecimento de biomassa para o solo. Nos sistemas convencionais e até mesmo no orgânico, apenas extrai-se nutrientes do solo, deixando-o cada vez mais pobre, por isso a necessidade de adubação constante. Na agrofloresta, o sistema é sintrópico, ou seja, o solo fica cada vez mais rico, mais profundo, com mais riqueza e biodiversidade. Uma característica desse sistema é a boa cobertura de solo, não o deixando exposto à luz nem à água direta, além de manter a umidade, necessitando de menos água para irrigação das plantas. O plano para o futuro é não necessitar mais insumos de fora, mas sim a manutenção do sistema por si só, através da sintropia.

Falando um pouco mais sobre sistema agroflorestal, também conhecido como “SAF”, que vem sendo desenvolvido dentro da propriedade 2 vem tornando possível a produção de frutas e hortaliças .

Explica o engenheiro florestal Édson Bolfe, pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite:

“De Norte a Sul do Brasil, muitas áreas desflorestadas da Região Amazônica e da Mata Atlântica estão passando por esse processo de recuperação. A Embrapa faz o monitoramento de algumas dessas áreas por meio de satélites e, com as imagens, conseguimos saber a distribuição espacial dessas agroflorestas e monitorar sua evolução, subsidiando assim o planejamento do agricultor [...] a implantação de agroflorestas faz com que a biodiversidade, tanto da fauna quanto da flora, se eleve automaticamente. Num SAF, também se vê o acréscimo de matéria orgânica no solo, diminuindo a erosão do solo dessas áreas. Ou seja, a quantidade de sedimentos que vão para os rios são menores. Há um significativo aumento da biomassa e do carbono fixado.”

O sistema que promove a integração de florestas com a agricultura pode ser implantado em qualquer bioma de qualquer região. Para que os agricultores tenham resposta rápida, o ideal é que escolham espécies típicas de sua região. E misturar espécies agrícolas, gramíneas, arbustivas, frutíferas e florestais é permitido. O agricultor só precisa estar preparado para o tempo no qual cada uma vai se desenvolver e produzir.”

Como a propriedade 2, Édson Bolfe nos relata também sobre a monocultura:

“É diferente de uma monocultura, onde o foco é a implantação de uma cultura única, como por exemplo, milho, feijão, banana, cacau, açaí ou seringueira. Quando se planta tudo ao mesmo tempo, em geral, no primeiro ano o agricultor vai colher milho e o feijão. Já as espécies frutíferas produzem no segundo ano e as florestais nos anos posteriores, conforme as condições do solo e clima da região. Tudo isso forma uma composição diversificada”.

E se observa na propriedade 2 ainda quando ela fala de um equilíbrio para que não se precise passar nada, para isso é necessário estudar as causas de uma praga.

Nos relata o engenheiro florestal Édson Bolfe:

“Uma grande vantagem para o agricultor é não precisar lidar com “pragas e doenças”. Como a biodiversidade é elevada, dificilmente elas atacam espécies presentes em agroflorestas: “Se aparece uma lagarta, por exemplo, rapidamente um passarinho vem comê-la. Chamamos isso de controle biológico. Dessa forma, os agricultores não precisam utilizar agrotóxicos e podem vender seus produtos como orgânicos”.

Então percebe-se que o estudo relatado na propriedade 2 , tem segmentos em todo o Brasil, e que é uma técnica muito abrangente para o desenvolvimento de produtos orgânicos.

Propriedade 3: Em relação a percepção quanto as melhorias para a propriedade após a certificação seria vender mais e comprovar que o produto é orgânico. Quanto à expectativa de mercado para comercialização dos produtos que serão ofertados, espera-se que será muito

bom. As finalidades que norteiam as escolhas e informações para obter produtos orgânicos possíveis para sua certificação é fazer barreiras para proteger produtos, ter semente ou muda orgânica e ter fornecedor dando garantia desse produto.

A seguir, apresentada-se o quadro 1 com o relato das entrevistas realizadas com os produtores rurais familiares participantes da presente pesquisa.

Quadro 1 - RELATOS DOS PRODUTORES FAMILIARES

	Melhorias após a certificação	Expectativa de mercado para comercialização	Para obter produtos orgânicos possíveis para sua certificação
Prop. 1	Não é necessária nenhuma melhoria, apenas manter o que tem de produtos certificados	Não tem-se expectativas, apenas continuar com sua produção e comprovar que se produz produtos orgânicos	Manter uma qualidade de vida melhor para o público consumidor e para a vida da sua família
Prop. 2	Ainda não possuem a certificação, porém estão em processo de transição,	Os produtos têm muita aceitação e procura por parte dos consumidores, a preocupação com alimentos saudáveis é uma tendência, porém ainda não se consegue atender toda demanda da cidade.	Manter sua qualidade, trabalhar cada vez mais o sistema agroflorestral, proteger o solo, não passar nenhum tipo de repelente, ainda que natural, atingindo um equilíbrio.
Prop. 3	Vender mais e comprovar que o produto é orgânico	Espera-se que será muito boa.	Fazer barreiras para proteger produtos, semente ou muda orgânica e ter fornecedor dando garantia desse produto

Fonte: Elaborado pela Autora, 2017.

5 CONCLUSÕES

As pequenas propriedades acreditam e lutam em prol de um desenvolvimento de Santo Ângelo e região, do seu próprio sustento, assim como, no sucesso de suas propriedades. O empenho de cada um dos membros é movido pelo entusiasmo que é de fácil verificação, pois, da forma como contam suas dificuldades e seus sucessos contagia a qualquer um. Essas propriedades vivem pela perseverança em função de um futuro melhor.

O estudo relata que o trabalho dos produtores rurais entrevistados está sendo feito de maneira sustentável. Assim as práticas que os proprietários estão utilizando em suas propriedades levam a produtos ecologicamente sustentáveis, que adota técnicas específicas, como a otimização dos recursos naturais, não usando produtos agrotóxicos desde a muda de produto fornecida tendo sua procedência garantida; evitando a erosão do solo através das técnicas orgânicas tais como rotação de culturas, plantio consorciado, compostagem, etc., o solo se mantém fértil e permanece produtivo ano após ano, o que são fatores importantes para se enquadrar como propriedades orgânicas.

Analisando todos os benefícios (econômico, ambiental e social), a certificação orgânica mostrou-se amplamente benéfica. Para o agricultor os benefícios são o maior ganho econômico, a melhor qualidade ambiental de sua propriedade e a melhor defesa para a sua saúde. Para a população os benefícios são a melhor qualidade e a confiabilidade do produto consumido e o menor risco de poluição, Além de contribuir para a preservação do meio ambiente, uma produção orgânica fundamenta assim uma liberdade de controle dos recursos naturais, com base no espaço onde se reproduz um modo de vida especial, produzindo alimentos nutritivos, onde se observa que as propriedades estão organizadas com os fatores necessários para a adoção do sistema de produção orgânica.

Os agricultores se mostraram vinculados com a sua propriedade, os seus conhecimentos sobre as atividades a serem desenvolvidas para obtenção da certificação os deixam otimistas, pois sabem que estão fazendo o melhor possível, pois buscam o crescimento e desenvolvimento sustentável, evitando assim a migração da comunidade rural para a zona urbana (êxodo rural).

O trabalho realizado ocorreu dentro das normalidades, para que durante a realização da pesquisa se conseguisse constatar várias observações, chegando a vários diagnósticos, chegando com êxito às várias etapas e processos necessários para se fazer a certificação orgânica. Essa pesquisa serve como base para análises futura sobre como ingressar na certificação orgânica.

Percebe-se que com a conclusão desta monografia, afirma-se a importância da preocupação com o meio ambiente e a produção de produtos saudáveis aos consumidores, em cada propriedade rural, seja ela pequena, média ou grande porte, propriedade em crescimento ou não, onde o estudo é essencial em qualquer propriedade, observando sua atividade, função, estratégia ou gestão. Para este processo, a capacitação dos processos de produção e manejo das culturas é essencial, ocorrendo a expansão urbana e o processo de modernização da agricultura, com esses fatos tem gerado diferentes processos sociais e tem promovido encontro dos trabalhadores do campo com a terra, podendo reverter em importantes conquistas sociais para Santo Ângelo e região. Sendo assim, percebe-se a grande valia do trabalho apresentado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da Ideologia do Progresso à ideia de Desenvolvimento (Rural) Sustentável. In:

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura-ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre. UFRGS, 1997.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001 (Síntese Universitária, 54).

ALVES, A. C. O. et al. **Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória**. Rev. Bras. de Agroecologia, v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012.

BRASIL. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, DF, Conselho Nacional de Saúde, 1996

_____. **Instrução normativa n. 007, de 17 de maio de 1999**. Estabelece as normas de produção, envase, distribuição, identificação e de certificação de qualidade para produtos orgânicos de origem animal e vegetal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. União, Brasília, 19 maio 1999. Seção 1, p. 11-14.

_____. **Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003**. Publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2003, Seção 1, Página 8. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasil Agroecológico. Disponível em:

<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/brasil-agroecologico> Acesso em: 02 de Outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Caderno do plano de manejo orgânico/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria do desenvolvimento agropecuário e extrativismo. -Brasília: MAPA/ACS, 2011. 56p.b.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília - Df, n., p.69-101, 09/2001. Quadrimestral.

CARMO, M. S. do; MAGALHÃES, M. M. Agricultura sustentável: avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 7, p. 7-98, 1999.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO – CEPAGRO. Merenda Escolar terá 30% dos produtos direto da agricultura familiar. Itacorubi, 2011. Acessado em: 11 dez. 2012.

Certificação de produtos orgânicos requer planejamento. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/economia/certificacao-de-produtos-organicos-requer-planejamento,c5085ff3d6f2d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> 2012. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

COELHO, C. N. A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos. **Revista de Política Agrícola**, ano 10, n. 2, p. 9-26, 2001.

DAL SOGLIO, F. A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, F. & KUBO, R. **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

DAROLT, M. R. **As dimensões da Sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba - PR. Tese [Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

EMATER/RS. A agricultura sustentável e a extensão rural: como ampliar a adesão dos agricultores. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiane Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Metódos de Pesquisa**: Disciplina Derad 05. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 121p.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. **Perturbação, sucessão e manejo do agroecossistema, agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Tradução: Maria José Guazzelli. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IPD ORGÂNICOS. **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social**. Curitiba, 2010.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: conceito e um exemplo de medida. Disponível em: <www.saber.org.br/palestra>. Acesso em: 10 jun. 2017.

KOLTER, Philip; KELLER, K.L. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. In: Organizações Rurais e Agroindústrias. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras-MG, v. 8, n. 3, set./dez. 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOE, T. Perspectives on traceability in food manufacture. Trends in Food Science & Technology, v. 9, n. 5, p. 211-214, 1998.

MOORE, G. E. **Princípios éticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

OLIVEIRA, Ana Ferreira dos Santos. **A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE)**. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, 2007. 97f.

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis-sc: Cepa-SC, 2003. 55p.

ORMOND, José Geraldo Pacheco et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro - RJ, n., p.3-34, mar. 2002.

Presidência da República. **LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm Acesso em: 02 de Outubro de 2017.

Rede Ecovida de Agroecologia. REDE ECOVIDA – AGROECOLOGIA COM SELO DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA. **Disponível em:** <http://observatoriosc.org.br/pratica/agroecologia-com-selo-de-certificacao-participativa/> Acesso em 10 de novembro de 2017.

Saiba o que é e como funciona um Sistema Agroflorestal (SAF). Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2011/07/saiba-o-que-e-e-como-funciona-um-sistema-agroflorestal-saf.html> 2012 Acesso em: 09 Novembro de 2017.

SALOMON, M. **Comportamento do consumidor**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
SANTOS, L.C.R.; FONSECA, M.F. *Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais*. Florianópolis: Grupo de Trabalho de Certificação Participativa do GAO, 2004. 44p.

SANTOS, F. **Perspectiva para a soberania alimentar brasileira**. Agricultura e sustentabilidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://fetrafrs.org.br/rs-lidera-producao-organica-no-pais> Acesso em: 10 junho 2017.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18-28, jan.-mar.2002.

SCHMITT, C.J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

SILVA, A. F. **Perfil sensorial da bebida de café (Coffea arabica L.) orgânico** . Tese Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Viçosa Minas Gerais. Brasil, 2003. 112 p.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 2. ed. Revisada. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

VERGARA, Silvia Constant. **Projetos e Relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

ZALUAR, A. **Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas**. In: CARDOSO, R. (Org.) A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 107-123, 1986.

APÊNDICE A - Questionário Aplicado aos Agricultores

QUESTIONÁRIO PROPRIEDADE 1

Questionário	Data 24/08/2017
Bloco 1: Perfil	
<p>a) Proprietário 1 b) Idade: 53 c) Escolaridade: Superior Incompleto d) Condição da terra: Própria (x) Arrendada () e) Valor do aluguel -- f) Área total: Duas hectare g) Área agricultável: Meia hectare h) Adubação de cobertura: Compostos de estrebaria,esterco de peru i) Cidade: Santo Ângelo j) Quanto tempo está cultivando produtos orgânicos: 2 anos l) Sistema de cultivo: Orgânico (x) Convencional ()</p>	
Bloco 2: Produção (n° de cultivos na propriedade)	
<p>a) Produtos: Produzidos: alface, couve, radite, agrião, chicória, rúcula, salsa, cebolinha, pimenta. Frutíferas: Bergamota (pocã, comum), laranja (umbigo, do céu da índia) caqui, lima, pêssego, uva, framboesa, ariticum, limão (caipira, Taiti). b) Área de cultivo: 1/2 hectare c) Produtividade (pés): 640 pés de alface por semana d) Como seria seu plano de manejo? É feito rodízio de plantação de alface toda semana. e) Quais produtos irão querer a certificação? f) Mão de obra utilizada? Um funcionário g) Qual produto mais comercializado? Alface h) Que mecanismos de máquinas são usados na propriedade? Um trator</p>	
Bloco 3: Quais requisitos legais quanto:	
<p>a) Processamento do produto produzido: Cuidado com produtos utilizados na terra, tais como: Compostos de estrebaria, esterco de peru. b) Informação de qualidade: Não usar produto agrotóxico, preservar o sabor do alimento.</p>	
Bloco 4:	
<p>a) Qual a percepção de vocês quanto às melhorias para as propriedades após a certificação? Não precisa melhorar nada, apenas manter o que tem certificado. b) Qual a expectativa de mercado (o que vocês esperam do mercado em relação a aceitação dos produtos que serão ofertados? Não tem expectativa, apenas continuar com sua produção ,que já existe, e mostrar que se produz produtos orgânicos. c) Qual o tipo de certificação se encaixaria melhor em sua propriedade? Certificação Participativa</p>	
Bloco 5:	
<p>Finalidades que norteiam escolhas e informações para obter produtos orgânicos possíveis para sua certificação? Manter uma qualidade de vida melhor para o público consumidor e para vida da sua família. Possui um rio que passa pelo fundo da propriedade, na qual possui plantas nativas como: Ariticum, araçá, pitanga, cedro, louro, caroba, camboatá, anjico vermelho e branco, ipê roxo e amarelo.</p>	

APÊNDICE B - Questionário Aplicado aos Agricultores

Questionário	Data 01/09/2017
Bloco 1: Perfil	
a) Proprietário: 2	b) Idade: 26 c) Escolaridade: Superior Completo
d) Condição da terra	Própria (X) Arrendada ()
e) Valor do aluguel	
f) Área total 40 há	
g) Área agricultável 20 hah) Adubação de cobertura	
i) Cidade Santo Ângelo/RS	
j) Quanto tempo está cultivando produtos orgânicos? 1 ano	
l) Sistema de cultivo	Orgânico (X) Convencional ()
Bloco 2: Produção (n° de cultivos na propriedade)	
<p>a) Produtos produzidos: alface (diversas), rúcula, almeirão, cenoura, beterraba, repolho, brócolis, couve-flor, couve, tomate, pimentão, pimentas, pepino, abóbora, moranga, ervilha, temperos e ervas medicinais, algumas PANC's (beldroega, caruru, physalis), algumas frutas da estação (limão, bergamota, laranja, abacate).</p> <p>b) Área de cultivo 1 há</p> <p>c) Produtividade (pés/ha)</p> <p>d) Como seria seu plano de manejo? O manejo da propriedade é voltado cada vez mais para SAF (sistema agroflorestal), por enquanto são utilizados esterco de peru, húmus de minhoca, pó de rocha, calcário para adubação dos canteiros e correção da terra. O plano para o futuro é não necessitar mais trazer insumos de fora, mas sim a manutenção do sistema por si só, através da sintropia.</p> <p>e) Quais produtos irão querer a certificação? Todos acima citados.</p> <p>f) Mão de obra utilizada? Eu + 1 colaborador</p> <p>g) Qual produto mais comercializado? Alface e tempero verde.</p> <p>h) Que mecanismos de máquinas são usadas na propriedade? Não são utilizadas máquinas, o feitiço dos canteiros, plantio e colheita são todos manuais.</p>	
Bloco 3: Quais requisitos legais quanto :	
<p>a) Processamento do produto produzido: os produtos são vendidos na forma "in natura", não há processamento (necessidade de agroindústria).</p>	
b) Informação de qualidade	
Bloco 4: a) Qual a percepção de vocês quanto as melhorias para as propriedades após a certificação ? Ainda não possuímos a certificação, estamos em processo de transição, no entanto, as mudanças na propriedade já foram realizadas. Quanto às melhorias, pode-se citar maior vida no solo, diversidades de animais, menos necessidade de água (devido à utilização das técnicas de agrofloresta).	
b) Qual a expectativa de mercado (o que vocês esperam do mercado em relação a aceitação dos produtos que serão ofertados? Os produtos tem muita aceitação e procura por parte dos consumidores, é uma tendência de mercado a preocupação com alimentos mais saudáveis, ainda não conseguimos atender toda demanda da cidade.	

c) Quanto a Certificação, qual melhor se encaixaria em sua propriedade? por Auditoria, Sistemas Participativos de Garantia ou Organização de controle social? Sistema Participativo (é o sistema que estamos fazendo)

Bloco 5: Finalidades que norteiam escolhas e informações para obter produtos orgânicos possíveis para sua certificação?

Bloco 6 : a) Qual outro assunto destacaria nesse processo para certificação? A importância das práticas agroecológicas, pois muitos sistemas de produção orgânica não se mostram totalmente agroecológicos, onde ainda se vê muita monocultura, solo desprotegido, desgaste gradual do solo e necessidade de colocar cada vez mais insumos, tal como na agricultura convencional. Além disso, o ideal é que não se precise passar nenhum tipo de repelente, ainda que natural, pois a simples substituição de inseticida químico pelo natural não resolve, não é uma prática agroecológica. De minha parte, busco atingir um equilíbrio para que não se precise passar nada, para isso é necessário estudar as causas de uma praga por exemplo, e não apenas combater a consequência (matar a praga). Também porque alguns inseticidas ou caldas permitidas nos orgânicos, tal como óleo de nem, acaba por matar insetos benéficos (exemplo: joaninha) e prejudicar abelhas.

b) Como seria a agrofloresta? Você desenvolve algo na propriedade? Agrofloresta é um sistema de floresta de alimentos, onde se tenta proporcionar às plantas a condição mais parecida possível à que ela teria na natureza. Se a laranja (nativa do Sul da Ásia), por exemplo, está em meio a floresta, as árvores não estão apenas sombreando, mas também passando nutrientes e matéria orgânica. É um sistema ideal. O plantio é feito em consórcios, e não em monocultura, considerando os estratos (necessidade de luz solar) e tempo de cada cultivo. Nas árvores, são realizadas podas para a entrada de luz e fornecimento de biomassa para o solo. Nos sistemas convencionais e até mesmo no orgânico, apenas extraímos nutrientes do solo, deixando-o cada vez mais pobre, por isso a necessidade de adubação constante. Na agrofloresta, o sistema é sintrópico, ou seja, o solo fica cada vez mais rico, mais profundo, com mais riqueza e biodiversidade. Uma característica desse sistema é a boa cobertura de solo, não o deixando exposto à luz nem à água diretas, além de manter a umidade, necessitando de menos água para irrigação das plantas.

c) O que seria primeiramente esse cadastro da Emater? Para obtenção da certificação são necessárias algumas formalidades, tais como cadastro dos agricultores, formação de diretoria dentro do grupo, visita às propriedades, visita da certificadora (Rede Ecovida), esclarecimento de planos de manejo e origem dos produtos usados na propriedade. O cadastro é uma das etapas necessárias para o encaminhamento da certificação orgânica, uma vez que é no modo participativo. Encontra-se na Emater porque é o órgão que nos auxilia nesse processo.

d) Tem alguma relação com políticas públicas, nesse processo para certificação? Não tenho conhecimento com relação à certificação. Mas conheço outras políticas públicas, a exemplo das chamadas da agroecologia, que estimulam os produtores à implantação de práticas agroecológicas em suas propriedades. Também há estímulo para produção de produtos mais ecológicos quando a administração pública dá preferência a estes no fornecimento de alimentos para a merenda escolar, por exemplo.

APÊNDICE C - Questionário Aplicado aos Agricultores

QUESTIONÁRIO PROPRIEDADE 3

Questionário	Data: 18/09/2017
Bloco 1: Perfil	
a) Proprietário: 3 b) Idade: 39 c) Escolaridade: 5ª série d) Condição da terra: Própria (x) Arrendada () e) Valor do aluguel: f) Área total: 5.2 hectares g) Área agricultável: 3 hectares h) Adubação de cobertura: i) Cidade: Santo Ângelo /Rincão dos Mendes j) Contato: l) Sistema de cultivo: Orgânico (x) Convencional ()	
Bloco 2: Produção (nº de cultivos na propriedade)	
a) Produtos produzidos: Alface, repolho, beterraba, rúcula, pepino, moranga, moganga, tempero-verde, feijão, espinafre, batata-doce, mandioca b) Área de cultivo c) Produtividade (pés/ha) d) Como seria seu plano de manejo? e) Quais produtos irão querer a certificação? Todos f) Mão de obra utilizada? Proprietária e sua filha g) Qual produto mais comercializado? Alface h) Que mecanismos de máquinas são usados na propriedade? Não são usadas máquinas	
Bloco 3: Quais requisitos legais quanto:	
a) Processamento do produto produzido b) Informação de qualidade	
Bloco 4:	
a) Qual a percepção de vocês quanto as melhorias para as propriedades após a certificação? Vender mais, comprovar que é orgânico. b) Qual a expectativa de mercado (o que vocês esperam do mercado em relação a aceitação dos produtos que serão ofertados)? Muito bom c) Qual o tipo de certificação se encaixaria melhor em sua propriedade? Participativa	
Bloco 5: Finalidades que norteiam escolhas e informações para obter produtos orgânicos possíveis para sua certificação? Fazer barreiras para proteger produtos, ter semente ou muda orgânica, ter fornecedor dando garantia desse produto.	